

RECURSO CONTRA INABILITAÇÃO

Ilustríssimo Senhor, Ricardo Alexandre Lisboa Vieira

DD. Presidente da Comissão de Licitação, da CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba 3ª GRR.

Ref.: EDITAL DE CONCORRÊNCIA nº 011 / 2012.

A GMC Construções e Empreendimentos Ltda., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.003.936/0001-90, com sede na Av. João Durval Carneiro, 102-Bairro Alto do Cruzeiro-Juazeiro-BA, por seu representante legal infra-assinado, tempestivamente, vem, com fulcro na alínea "a", do inciso I, do art. 109, da Lei nº 8666 / 93, à presença de Vossa Senhoria, a fim de interpor **Recurso Administrativo** contra a referida decisão lavrada na Ata/ Relatório de Exame e Julgamento da Documentação do Edital Nº 011/2012, realizada em 16 de agosto de 2012, que nos inabilitou, no procedimento licitatório decorrente do não atendimento do item 4.2.2.2 (F) – CNDT-Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, expondo para tanto os fatos e fundamentos a seguir deduzidos:

- 01-Atendendo ao chamamento dessa Instituição para o certame licitacional susografado, a recorrente veio dele participar com a mais estrita observância das exigências editalícias, apresentando toda a documentação necessária à Habilitação, objeto do Invólucro Nº 01.
- 02-No entanto, a douta Comissão de Licitação julgou a subscrevente inabilitada sob a alegação de que a mesma não apresentou a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, por isso, teria desatendido o disposto no item 2.2.2.2 (F) do Edital.
- 03-Ocorre que, essa decisão não se mostra consentânea com as exigências editalícias, como adiante ficará demonstrado.
- 04-A Comissão de Licitação ao considerar a recorrente inabilitada sob o argumento acima enunciado incorreu na prática de ato manifestamente ilegal.

Senão vejamos:

De acordo com o Item nº 4.2.2.2 (f) do Edital, - a licitante deveria juntar documento de:

Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas....

Em atenção a essa exigência, bem como todos os demais documentos do subitem 4.2 conforme consta do item 4.2.6 do Edital são para as empresas não cadastradas no

Recebido pela 3ª GRR

Em 22/08/12 As 16:02

SICAF, e para as empresas cadastradas no SICAF o item 4.2.5 do Edital é bastante cristalino e explícita o seguinte teor "A licitante cadastrada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF estará dispensada da apresentação da documentação exigida pelas alíneas "a" a "d" do subitem 4.2.2.1, **todo o subitem 4.2.2.2** e o contrato social citado na alínea "d3" do subitem 4.2.2.3, devendo apresentar os demais documentos. A confirmação da regularidade da licitante será efetuada mediante consulta "on-line" ao sistema SICAF."

De se ver que, a correta exegese do dispositivo sob comento de modo algum traduz obrigatoriedade de a licitante comprovar a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas já que a recorrente estava devidamente cadastrada e regular no SICAF quando da abertura da licitação.

Assim sendo, uma vez que a recorrente esta devidamente cadastrada no SICAF, é ilegal exigir – como exigiu a Comissão de Licitação -, a apresentação Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

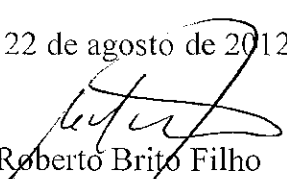
DO PEDIDO

Na esteira do exposto, requer-se seja julgado provido o presente recurso, com efeito para que, reconhecendo-se a ilegalidade da decisão hostilizada, como de rigor, admita-se a participação da recorrente na fase seguinte da licitação, já que habilitada a tanto a mesma está.

Outrossim, lastreada nas razões recursais, requer-se que essa Comissão de Licitação reconsidere sua decisão e, na hipótese não esperada disso não ocorrer, faça este subir, devidamente informado, à autoridade superior, em conformidade com o § 4º, do art. 109, da Lei nº 8666/93.

Nestes Termos
P. Deferimento

Juazeiro, 22 de agosto de 2012



Silvio Roberto Brito Filho
Sócio Gerente

RELATÓRIO DE RESPOSTA AOS TERMOS DO RECURSO CONTRA INABILITAÇÃO – FASE DE HABILITAÇÃO – INTERPOSTO POR GMC CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA. - EPP AO EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 011/2012 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 59530.000271/2012-61**1. REFERENCIAIS:****EMPRESA RECORRENTE: GMC CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA. - EPP****2. HISTORICO:**

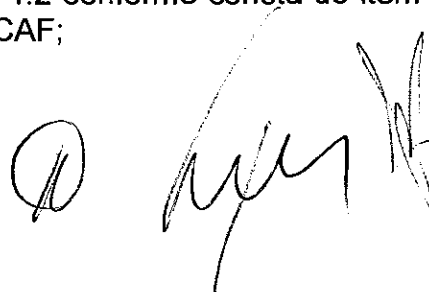
Termos do recurso remetidos pelo protocolo da Codevasf 3ª SR, sob chancela do Sr. Sócio Gerente, Sílvio Roberto Brito Filho, em 22 de agosto de 2011, tempestivamente.

2.1. REFERENCIAIS EDITALÍCIOS:

- a) Licitação publicada na forma da lei 8.666/93, com prazo satisfatório para visitas técnicas e esclarecimentos;
- b) Objeto: Construção de pequenas barragens de acumulação de água nos municípios sob a jurisdição da 3ª Superintendência Regional, localizados no Estado de Pernambuco;
- c) Valor a licitar **R\$ 10.077.324,08** (dez milhões setenta e sete mil trezentos e vinte e quatro reais e oito centavos);
- d) Prazo de esclarecimentos cumprido na forma editada;
- f) Licitação transcorrida sem nenhum pedido de esclarecimentos;
- g) Edital aprovado pelo jurídico da Codevasf e autorizado por sua Diretoria Executiva.

3. DOS ARGUMENTOS APRESENTADOS:

- a) Argumenta a recorrente haver ferimentos à Lei de Licitações e atribui ilegalidade da comissão em exigir a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, invocando a dispensa de tal documento pelo edital de licitação: nos termos que ora transcrevemos (ao pé da letra): "A licitante cadastrada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF estará dispensada da documentação exigida pelas alíneas "a" a "d" do subitem 4.2.2.1, **todo o subitem 4.2.2.2** e o contrato social da alínea "d3" do subitem 4.2.2.3, devendo apresentar os demais documentos. A confirmação da regularidade da licitante será efetuada mediante consulta "on-line" ao sistema SICAF". Alega ademais que de acordo com o Item nº 4.2.2.2 (f) do Edital, - a licitante deveria juntar documento de: Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas. Afirma que em atenção a essa exigência bem como todos os demais documentos do subitem 4.2 conforme consta do item 4.2.6 do edital são para as empresas não cadastradas no SICAF;

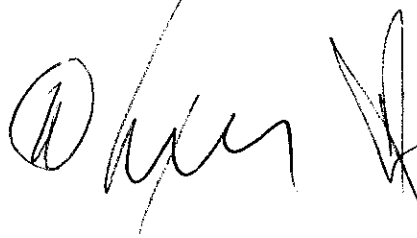


- b) Alega mais adiante que a correta exegese do dispositivo sob comento de modo algum traduz obrigatoriedade de a licitante comprovar a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas já que a recorrente estava devidamente cadastrada e regular no SICAF quando da abertura da licitação.
- c) Requer o reconhecimento da ilegalidade da decisão hostilizada e pede sua habilitação à fase seguinte. Pede a reconsideração da decisão e, na hipótese não esperada disso não ocorrer faça o recurso subir, devidamente informado, à autoridade superior em conformidade com o § 4º, do art. 109, da Lei nº 8.666/93.

4. DA ANÁLISE DO RECURSO APRESENTADO QUANTO AO JULGAMENTO E DOS TERMOS DO EDITAL

- a) Em primeiro plano tem-se que o edital é fortalecido pela Lei de Licitações Nº 8.666/93, suas alterações posteriores, e Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, “caput” do edital – LEGISLAÇÃO. As microempresas e Empresas de Pequeno Porte participam da licitação em condições diferenciadas, como se lê e determina o teor do subitem 2.2. e alínea g do subitem 4.2.2.1. Vistos os termos recorridos, a licitante inconformada afirma que o subitem 4.2.2.2 exige a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, e depois a dispensa aos Cadastrados no SICAF, achando-se desobrigada da sua inclusão em sua documentação, o que se achou descrito no subitem 4.2.5. Juntados por ela aos autos declaração de cadastro de enquadramento de empresa de pequeno porte – EPP – documento, sob nº de página 5, e Certidão Simplificada que demonstra sê-la de pequeno porte e também destaca seu capital social de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), páginas 20 e 21, consoante ao subitem 4.2.8. que assim exige.
- b) Analisando o edital de licitação, temos observado que a administração primou em conceder ampla participação, inclusive com diferenciação às microempresas e empresas de pequeno porte – EPP, independentemente do alto vulto da licitação. Esta permissividade, com fito à competitividade, deu vez à inclusão não somente da GMC CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA. – EPP com também de mais uma interessada a CONSTRUTORA ELO LTDA – EPP, muito embora estivesse, como amplamente divulgada, disponível para participação de quaisquer empresas que atendessem as condições do edital. Os privilégios às empresas nesta situação estão previstos no edital, bem como as exigências pertinentes à luz das legislações aplicadas, já infractadas. Pois bem, verificados os argumentos tecidos pela recorrente, resta-nos avaliação criteriosa das suas fundamentações. Logo abaixo do subitem, que por lapso excetuou às cadastradas no SICAF da documentação – subitem 4.2.5. está o subitem 4.2.5.1, que determina que: transcrevemos:

4.2.5. A licitante cadastrada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF estará dispensada da apresentação da documentação exigida pelas alíneas “a” a “d” do subitem 4.2.2.1, todo o subitem 4.2.2.2 e o contrato social citado na alínea “d3” do subitem 4.2.2.3, devendo apresentar os demais documentos. A confirmação da regularidade da licitante será efetuada mediante consulta “on-line” ao sistema SICAF. GRIFOS NOSSOS;



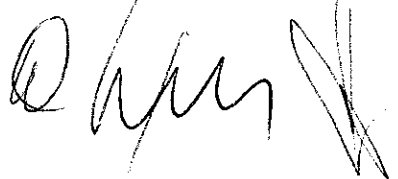
4.2.5.1. Na hipótese de haver documentos do SICAF com prazo de validade vencido, os mesmos deverão ser apresentados com prazo de validade em vigor, e constarão da documentação contida no invólucro n.º 1 (um).

4.2.9. Em se tratando de microempresas e empresas de pequeno porte, a comprovação de regularidade fiscal somente será exigida para efeito de assinatura do contrato. **Contudo, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição (Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006).** GRIFOS NOSSOS

c) Analisando os termos editados, percebe-se claramente a intenção para com a licitação, de modo a instruir na plenitude as empresas para a competição e o cumprimento das exigências. É fato que a recorrente é microempresa. Também é fato que o subitem 4.2.5.1. estabelece quanto aos prazos dos documentos do SICAF com validade vencida. O subitem 4.2.5., onde grifamos acima, consagra que a Administração possa fazer a **confirmação**. Portanto, o ato de confirmar se dá em relação ao documento trazido à licitação devidamente envelopado. Quando lemos o documento do SICAF da recorrente em nenhum local do SICAF pode ser lida a regularidade trabalhista. Como ela foi requerida no subitem 4.2.2.2 como afirmou categoricamente a GMC, e se não pode ser vista ou lida no SICAF, esta devia ter se cuidado e juntado o documento. Este não pode ser considerado uma novidade, pois se obrigou legalmente a partir de janeiro de 2012 a integrar a Constituição Federal e também a Lei de Licitações 8.666/93, arts. 27 e 29, alterando a redação do Inciso IV do art. 27 e sendo incluso como Inciso V do art. 29. Portanto, em não se tratando de regularidade fiscal, mas sim de regularidade trabalhista, e a leitura do SICAF pela administração ter a motivação de confirmação, toda a documentação exigida, se nele (o SICAF) não se afigurar coerentemente com os prazos, ou não puder ser lido, é lícito, como também lógico que estivesse integrado à documentação da disputante. É patente que toda a documentação seja apresentada, muito mais ainda das Empresas de Pequeno Porte e Microempresas (4.2.9. acima). É bom que se ressalte enfaticamente que todas as outras empresas interessadas ao certame e que o disputam, juntaram o documento. Somente a GMC entendeu diferentes!?

5. DAS PONDERAÇÕES DA COMISSÃO

Analisadas as argumentações do recurso e confrontadas estas com o edital, a Comissão Técnica de Julgamento, para suprimir dúvidas, decidiu reavaliar toda a documentação e a Fase de Habilitação como um todo. Em primeiro momento, já havia entendido como inabilitada a recorrente pela não apresentação de documento obrigatório, recobrindo-se da melhor interpretação do edital e da formação de juízo dos seus membros e também da autoridade competente que o aprovou. Decorre que, quando há insatisfação ao julgamento, um dos primeiros critérios é a reavaliação de todos os documentos de todos os disputantes. Reavaliada e revista toda a documentação pormenorizada de todos os disputantes, verificou a Comissão que as empresas encontram-se com a situação igualmente descrita no Relatório de Julgamento aprovado inicialmente, exceção da reclamante. Reanalisando a documentação juntada pela GMC – CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA., está bem visto a ausência da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, documento obrigatório, o



qual não constou do SICAF apresentado. O capital Social da Empresa em questão é de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais). Verificando o seu demonstrativo da Disponibilidade Financeira Líquida esta não relacionou contratos e o valor da sua DFL é igual a R\$ 2.916.666,67 (dois milhões, novecentos e dezesseis mil e seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos). Consta do Edital, Subitem 4.2.2.4. **Qualificação Econômica Financeira, transcrevemos a alínea “d”**:

d) A licitante deverá comprovar a Disponibilidade Financeira Líquida (DFL):

- 1) **A disponibilidade financeira líquida mede o valor até o qual a licitante possui capacidade de contratar e deverá ser igual ou superior ao orçamento oficial elaborado pela CODEVASF para os serviços objeto deste Edital, em que estiver concorrendo, caso contrário, a licitante será inabilitada. Será calculada pela seguinte fórmula:**

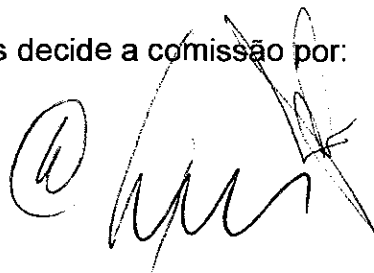
$$DFL = \frac{(n \times CFA)}{12} - Va$$

OS GRIFOS SÃO NOSSOS.

6. CONCLUSÃO:

É dever do gestor público zelar e primar pela segurança e aplicação eficaz dos recursos públicos. Deste modo, lhe é condição intrínseca nas licitações públicas selecionar a proposta mais vantajosa e segura à administração pública para realização dos contratos das suas obras, serviços e compras. O legislador corroborou com esta condição em estabelecer pelos ditames da Lei de Licitações 8.666/93 o nível de exigência para os quesitos de habilitação jurídica, fiscal, Trabalhista, técnica, econômica e financeira à participação nos procedimentos licitatórios. A Codevasf, com base nos princípios constitucionais regradados para estes casos, se lastrou principalmente no art. 3º da Lei 8.666/93 e aplicou fortemente observância à isonomia com estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa e da vinculação ao instrumento convocatório. Não guarda coerência com o edital, os argumentos tecidos pela reclamante, mormente tendo sido permitida a sua mais segura participação mediante a aplicação de todos os privilégios que lhe são conferidos pela legislação, em que pese a administração possuir faculdade, justificável tecnicamente, de iguá-la em responsabilidade e condições de disputa para com as grandes empresas, vistas as prerrogativas da Lei vigente, Lei Complementar 123/2006, art. 49, Inciso III, se correlacionarmos ao vulto da licitação, quanto a prazo, equipamentos, portento da obra e monta financeira, esta superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais). A administração procedeu com maior transparência e inclusão para maior competitividade. Infelizmente a GMC CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA. – EPP não requer ora condições à competição.

Reanalisadas as documentações de todas as concorrentes decide a comissão por:



- 1) Retificar e complementar o relatório de julgamento da fase inicial de habilitação depois de reanalisar pormenorizadamente todos os documentos apresentados por cada uma das concorrentes;
- 2) Manter a inabilitação da empresa GMC – CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA. – EPP, conforme o teor do Relatório Complementar e de Retificação, pelos seguintes fatos:
 - Não ter acostado da sua documentação original na data de abertura da licitação a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
 - Não possuir a Disponibilidade Financeira Líquida – DFL em valor igual ou superior ao orçamento oficial elaborado pela Codevasf, como se prevê na alínea “d”, tópico 1) do subitem 4.2.2.4. Qualificação Econômico-Financeira, não demonstrando, por conseguinte, condições de assumir prosseguir na disputa para assumir o futuro contrato, pois o orçamento base da Codevasf é de **R\$ 10.077.324,08** (dez milhões setenta e sete mil trezentos e vinte e quatro reais e oito centavos), e a DFL da empresa recorrente é de **R\$ 2.916.666,67** (dois milhões, novecentos e dezesseis mil e seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos), valor muitíssimo abaixo do legalmente requerido.

Vai o presente submetida à apreciação da Autoridade Competente do Sr. Superintendente Regional, devidamente informado, na forma que pretendeu o reclamante em seus postulados finais de recurso, e na forma da Lei, depois de referendado pela Assessoria Jurídica da 3ª Superintendência Regional da Codevasf.

Petrolina-PE, 28 de agosto de 2011.

Comissão Técnica de Julgamento Determinações Nºs 081/2012 e 084/2012:


RICARDO ALEXANDRE LISBOA VIEIRA – PRESIDENTE.

MEMBROS:


JOSÉ WILSON DOS SANTOS PLUTARCO


JOÃO PAULO DE SOUSA SANTOS

3ª/AJ, 29 de agosto de 2011,

Referendamos o presente relatório, nos termos assentados pela competente Comissão Técnica de Julgamento Determinações Nºs 081/2012 e 084/2012 da 3ª Superintendência Regional da Codevasf.



LUZIA MARIA MARTINS DE ARAÚJO
CHEFE DA ASSESSORIA JURÍDICA
CODEVASF 3ª SR

3ª SR, 29 de agosto de 2011,

Aprovo o presente relatório, em que se nega provimento ao recurso impetrado pela empresa **GMC CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA. – EPP**, nos termos do presente e também do Relatório Complementar e de Retificação de Julgamento de que trata o Edital Nº 011/2012.



LUIZ MANOEL DE SANTANA
Superintendente Regional
CODEVASF